
Folkcomunicação e práticas de ativismo: apropriações midiáticas e estratégias de luta dos movimentos sociais no ambiente digital¹

Karina Janz WOITOWICZ²

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

RESUMO:

O artigo toma como base o aporte teórico da folkcomunicação para focar as estratégias de ativismo midiático utilizadas pelos movimentos sociais e as possibilidades de luta política que se apresentam no ambiente digital. A partir do referencial proposto, que estabelece relações entre a comunicação popular e as disputas contra-hegemônicas, são abordadas as estratégias de ocupação de espaços na mídia de referência por indivíduos ligados a movimentos populares e, em seguida, destacadas algumas iniciativas de intervenção social inerentes à prática de veículos independentes vinculados a diferentes setores da sociedade civil no Brasil e na América Latina.

PALAVRAS-CHAVE: folkcomunicação; ativismo; movimentos sociais; mídias digitais.

Introdução

Em mais de 50 anos de trajetória, a folkcomunicação tem oferecido contribuições importantes para compreender os fenômenos comunicacionais, dedicando-se a valorizar os meios próprios por meio dos quais os indivíduos e grupos sociais formulam sua cultura e expressam ideias e opiniões (BELTRÃO, 2001). Além disso, permite observar o caráter muitas vezes excludente e elitista da mídia tradicional, que permanece em grande medida alheia às demandas das populações que se situam à margem do poder econômico e político.

Embora não seja possível estabelecer uma relação direta entre cultura popular e resistência contra-hegemônica, uma vez que convivem no interior da mesma cultura atitudes conservadoras e progressistas (ORTIZ, 1980), busca-se visibilizar ao longo do presente texto o caráter de contestação presente nas manifestações da cultura e nas práticas de comunicação de grupos e movimentos sociais. Esta temática, que possui larga trajetória na América Latina, a partir da contribuição de pesquisadores que se dedicaram a promover a reflexão teórica vinculada à práxis política (BELTRÁN, 1981; KAPLÚN,

¹ Trabalho apresentado no GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Dra. do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG/PR), coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo Cultural e Folkcomunicação, bolsista produtividade pela Fundação Araucária, e-mail: karinajw@gmail.com.

1996; MATTA, 1986, MELO, 1998), é aqui retomada diante das demandas emergentes dos movimentos sociais latino-americanos, que estão colocando em pauta a necessidade de repensar os modelos sociais excludentes sustentados na exploração econômica (ECHEVERRÍA, 2005) e no conservadorismo político.

Assim, o histórico colonial (ALONSO, TORNAY, 2017), marcado pela violência e pela desigualdade social que constroem a cultura e a memória política da Região, é atualizado diante da exclusão neoliberal, da agenda conservadora, das medidas econômicas voltadas à precarização de serviços básicos da população e da concentração de mídia que promove o silêncio das minorias. Os movimentos sociais, em meio a este cenário, podem ser entendidos como legítimos protagonistas dos grupos marginalizados, seja por questões econômicas, políticas ou culturais.

É a partir de uma perspectiva crítica orientada pelos estudos de folkcomunicação e pelas teorias latino-americanas que se pretende observar as relações entre os movimentos sociais e as práticas de comunicação, com ênfase nas experiências que se desenvolvem no ambiente digital.³ Em diálogo com o conceito de ativista folkmediático proposto por Trigueiro (2006; 2007), são abordadas as estratégias de ocupação de espaços na mídia de referência por indivíduos ligados a movimentos populares e, em seguida, destacadas iniciativas de intervenção social inerentes à prática de veículos independentes vinculados a diferentes setores da sociedade civil no Brasil e na América Latina.

O texto não apresenta resultados de um estudo empírico sistemático ou mesmo a proposição de uma aproximação entre teorias latino-americanas e teorias dos novos movimentos sociais, tentativa esta que já foi tema de trabalhos anteriores (WOITOWICZ, 2018). Busca-se, nos limites de um texto em forma de ensaio, colocar em diálogo os fundamentos da teoria da folkcomunicação e a perspectiva de ativismo (folk)mediático para lançar luz sobre práticas de resistência desenvolvidas no campo midiático, que envolvem a ocupação de espaços nos meios e o desafio de promover lutas sociais por intermédio da ação no ambiente comunicacional digital.

Folkcomunicação, exclusão e práticas de ativismo

As pesquisas empíricas junto aos grupos populares que embasam a teoria formulada por Luiz Beltrão (1971; 1980) evidenciam ao menos dois aspectos centrais: a

³ Uma abordagem preliminar do tema em questão foi apresentada na mesa “A comunicação dos marginalizados nas rupturas democráticas”, durante o IV Encontro Internacional de Folkcomunicação em Bogotá/Colômbia (2019).

exclusão do povo em relação aos chamados meios ortodoxos de comunicação e as práticas de comunicação elaboradas no interior da cultura popular pelos chamados grupos marginalizados.

Em sua vasta obra na área da Comunicação, Beltrão se dedica à análise de sistemas comunicativos que apresentam diferentes formatos de mensagens, públicos e modos de interação. Para o autor (BELTRÃO, 1977; 1980), o sistema de comunicação social envolve a relação comunicacional interpessoal e massiva e está dirigido aos grupos sociais integrados.⁴ O sistema de folkcomunicação, por sua vez, dirige-se aos públicos marginalizados (rurais e urbanos) e utiliza-se de canais interpessoais diretos e indiretos, caracterizando-se pela simplicidade e fácil compreensão por parte do receptor.

A base do sistema de folkcomunicação parte da constatação de que em uma mesma sociedade vivem grupos integrados e marginalizados (devido a fatores étnicos, geopolíticos, econômicos, culturais, etc), que manifestam diferentes graus de integração na sociedade. Resulta desta reflexão a existência de uma forma de comunicação institucionalizada (comunicação social) e outra informal, que se situa à margem da estrutura hegemônica e das condições socioeconômicas para sua realização (folkcomunicação).

Excluídos do sistema de comunicação social, e não podendo – pela própria condição humana – dispensar o intercâmbio de mensagens culturais, integrariam sem dúvida um outro complexo de procedimentos, modalidades, meios e agentes elaboradores e emissores de mensagens, ao nível de sua vivência, experiência e necessidades, e expressivas de sua ideologia, aspirações e opiniões. (BELTRÃO, 1980, p. 23)

A preocupação de Beltrão com a exclusão social e midiática, que embasa o seu interesse pelos modos próprios de comunicação popular, está presente inclusive em outras obras do autor relacionadas aos fundamentos do jornalismo e da comunicação. Em *Iniciação à filosofia do jornalismo*, Beltrão (1960, p. 16) assinala a situação de marginalidade a que está submetida representativa parcela do público: “Percentagem significativa da população permanece e permanecerá à margem dos movimentos de

⁴ Para Beltrão (1980, p. 21), pelo menos duas condições são imprescindíveis à configuração dos grupos sociais integrados que participam ativamente do sistema: o *nível intelectual*, exigido para a decodificação das mensagens na linguagem específica de cada canal [...], e *capacitação econômica* para a posse dos meios de recepção dessas mensagens, que não são, em geral, acessíveis a qualquer economia”. O autor refere-se aos custos com objetos como televisores, discos, livros, jornais e outros meios, que permaneceram por muito tempo (e, em alguns casos, continuam) inacessíveis à população.

construção e recuperação nacionais, das idéias políticas, dos sistemas filosóficos, da evolução científica, artística e social em foco no nosso tempo”.

Ao tratar da noção de marginalidade – dividida em sua análise entre grupos rurais, urbanos e culturalmente marginalizados, em sintonia com o contexto social da época – Beltrão (1980, p. 103) assim descreve o terceiro grupo mencionado:

Constituem-se de indivíduos marginalizados por contestação à cultura e organização social estabelecida, em razão de adotarem filosofia e/ou política contraposta a ideias e práticas generalizadas da comunidade. Desse modo, forçada ou voluntariamente, tais grupos se acham apartados dos demais que, entretanto, procuram atrair às suas fileiras, utilizando no proselitismo métodos e meios acessíveis ao público rural e urbano a que se destinam suas mensagens, sejam convencionais ou de folk, que manejam com habilidade e audácia.

Essa exclusão a que se refere o autor possui dimensão sociocultural e comunicacional e serve como ponto de partida para a compreensão sobre as práticas desenvolvidas pelos indivíduos e comunidades a partir de suas vivências, saberes e manifestações populares.⁵ É importante destacar o caráter informal, artesanal e horizontal dos processos de folkcomunicação, conforme anunciado por Beltrão (1980), bem como o sentido coletivo presente nas manifestações populares.

Na formulação da teoria de Beltrão, destaca-se o viés de ação ou contestação presente nas mensagens expressas por meio do folclore pelos chamados grupos marginalizados (MELO, 2007). De acordo com José Marques de Melo (2008, p. 90), a folkcomunicação “representa, inegavelmente, uma estratégia contra-hegemônica das classes subalternas”. Ao tratar das práticas de comunicação dos grupos marginalizados, ainda que a identificação de tais grupos não assuma referencial classista, a folkcomunicação direciona o olhar para lógicas não hegemônicas, realizadas a partir de meios distintos dos tradicionais.

A diferenciação entre sistema de comunicação e de folkcomunicação apresentada por Beltrão não tem o propósito de demarcar universos opostos e estanques; ao contrário, está orientada para as inter-relações entre meios populares e massivos. De acordo com José Marques de Melo (2008, p. 05), Luiz Beltrão “reconheceu o universal que subsiste na produção simbólica dos grupos populares, percebendo ao mesmo tempo que os dois

⁵ Para Beltrão, “a folkcomunicação preenche o hiato, quando não o vazio, não só da informação jornalística como de todas as demais funções da comunicação: educação, promoção e diversão, refletindo o viver, o querer e o sonhar das massas populares excluídas por diversas razões e circunstâncias do processo civilizatório.” (1980, p. 26)

sistemas comunicacionais continuarão a se articular numa espécie de *feed-back* dialético, contínuo, criativo”.

Perspectiva semelhante é desenvolvida por Osvaldo Trigueiro (2006, 2007) ao observar a correlação e a convivência entre o sistema de comunicação e as redes informais que caracterizam o sistema de folkcomunicação. Para o autor, as manifestações populares estão agregando valores culturais da sociedade midiática e o mesmo processo ocorre com a cultura da mídia, que incorpora aspectos culturais populares. É neste cenário de intercâmbio entre fluxos massivos e populares que interessa abordar o papel do agente de folkcomunicação ou ativista folkmidiático, conforme proposição de Trigueiro (2006, p. 06).⁶

O ativista midiático pode operar nas esferas informais da produção cultural popular e nas esferas institucionais, realizando as conexões entre as experiências do seu mundo e as de outros notadamente ao vivo, pelo rádio e pela televisão. No entanto, permanece como um agente estratégico inserido no contexto da sua localidade.

A abordagem desenvolvida pelo autor promove uma atualização da teoria beltraniana, à medida que reconhece novos cenários de interlocução em que ocorre a atuação dos chamados ativistas folkmidiáticos. Esses agentes buscam mecanismos de participação na esfera midiática, conquistando espaço para expor demandas e valores culturais de seu grupo de origem, e ao mesmo tempo atuam em movimentos da sociedade civil, fortalecendo interesses coletivos e operando diferentes estratégias para visibilizar suas lutas a partir de canais próprios de comunicação.

Nesse novo espaço se reconhece a importância dos ativistas midiáticos dos sistemas folkcomunicacionais que atuam nos movimentos participativos da cidadania, como agentes comunicadores vinculados aos movimentos culturais que utilizam estratégias, que legitimam a sua participação como cidadãos conscientes do seu papel na organização da sociedade civil. Esses atores sociais operam dispositivos de comunicação das redes de cooperação e solidariedade entre pessoas, grupos e comunidades de convivência, próximos uns dos outros, e que estão vinculados por laços de parentesco, pela vizinhança, história de vida, encontrando na rede de solidariedade uma alternativa de sobrevivência social. (TRIGUEIRO, 2006, p. 10)

⁶ Trigueiro (2006) parte da noção de líder de opinião desenvolvida por Luiz Beltrão, que consiste em reconhecer a posição do “comunicador folk” como alguém que dispõe de prestígio no seu grupo de referência e mantém acesso a diferentes fontes de informação. “Os comunicadores folk são mediadores ativistas nas negociações da audiência das mensagens midiáticas que circulam nos vários estágios de difusão nos grupos sociais de referência do local interligados pelos sistemas interpessoais de comunicação” (2006, p. 03).

A perspectiva teórica da folkcomunicação, ao valorizar as práticas de resistência cultural dos grupos marginalizados, associada ao conceito de ativista folkmediático, entendido a partir da atuação reconhecida coletivamente nas demandas sociais e na esfera (folk)mediática, oportuniza reflexões que levam em conta as complexas dinâmicas em que se organizam os movimentos sociais. É a partir dessas contribuições teóricas que se pode problematizar a atual condição de exclusão ou marginalidade social e midiática e colocar em pauta iniciativas de intervenção e promoção de lutas sociais por meio da ação no campo das mídias.

Da crítica aos meios hegemônicos à disputa de vozes

A estrutura de mídia no país, construída ao longo de uma larga trajetória marcada por privilégios a determinados grupos econômicos, políticos e religiosos, permite o aprofundamento de uma perspectiva crítica em relação ao controle informativo e ao distanciamento dos principais meios no que diz respeito às demandas da população e à diversidade cultural. Assim, os pressupostos acerca da exclusão dos meios de comunicação, desenvolvidos nas formulações de Beltrão há décadas, podem ser referenciados para atualizar o cenário de dicotomia entre os grupos dirigentes e os anseios da maioria da população.

De acordo com o Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor/MOM), realizado pelo Coletivo Intervezes e pela ONG Repórteres Sem Fronteiras, a mídia no Brasil possui um alto nível de concentração e é explorada política e financeiramente por poucos grupos representados por famílias. Os 50 veículos de maior alcance e audiência no país em quatro segmentos (TV, rádio, mídia impressa e online) pertencem a 26 grupos de comunicação.⁷

Os principais resultados da pesquisa de monitoramento, que encontra sintonia com um amplo debate realizado no país principalmente a partir do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC)⁸ e demais entidades ligadas à área da Comunicação há pelo menos duas décadas, apontam para um tipo de “coronelismo

⁷ “Os 50 meios de comunicação com maior audiência no Brasil pertencem a 26 grupos econômicos. Nove são do grupo Globo, cinco do grupo Bandeirantes, cinco de Edir Macedo (considerando a Rede Record e os meios de comunicação da Igreja Universal do Reino de Deus), quatro da RBS, três do grupo Folha. O grupo Estado, o grupo Abril e o grupo Editorial Sempre Editora / SADA controlam, cada um, dois dos veículos de maior audiência. Os demais grupos possuem apenas uma das mídias pesquisadas”. Disponível em: <https://rsf.org/pt/noticia/oligopolios-de-midia-controlados-por-poucas-familias-reporteres-sem-fronteiras-e-o-intervezes-lancam>. Acesso em 11/09/2010.

⁸ Informações sobre o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), pesquisas, publicações e campanhas podem ser acessadas em: <http://fndc.org.br/>

eletrônico”. Esse aspecto se apresenta a partir dos seguintes aspectos: a alta concentração de propriedade, com ênfase nas famílias Marinho, Abravanel, Macedo, Saad, Frias e Sirotsky, ligadas aos principais grupos de mídia no país; a concentração de audiência (70% divididos entre Globo, SBT, Record e Band); a concentração geográfica dos veículos, em que 73% ficam na região metropolitana de São Paulo; a propriedade cruzada em diferentes segmentos de mídia; a falta de transparência em relação à natureza e à propriedade dos veículos; e as interferências econômicas, políticas e religiosas que incidem sobre a cobertura. É importante destacar ainda que os proprietários da mídia no Brasil mantêm fundações privadas que oferecem serviços educacionais e atividades nos setores financeiro, de agronegócios, imobiliário, de energia e de saúde.

Compreender como se organiza e opera a estrutura de mídia no país é fundamental para identificar os limites dos meios para apresentar as demandas de diferentes setores da sociedade. Não se trata de firmar o argumento da dominação pelos meios, que ocupou espaço significativo nas teorias da dependência na América Latina a partir dos anos 1970 (MARTÍN-BARBERO, 2014) e foi questionado em algumas de suas abordagens demasiadamente deterministas. Busca-se, em sentido diverso, reconhecer as barreiras que se colocam para uma maior participação e representatividade dos grupos marginalizados diante da tendência a priorizar os interesses dos grupos a que os meios estão vinculados em detrimento dos interesses coletivos.

Há, porém, processos permanentes de diálogo e tensão junto aos grupos e movimentos organizados que colocam em questão a hegemonia absoluta dos meios. Trata-se de observar que a crítica ao tratamento dado pela mídia a determinados temas e grupos sociais acompanha as dinâmicas entre produção e recepção de mensagens e reconhecer que, por vezes, algumas brechas fazem transparecer disputas discursivas e abordagens não consensuais.

Apenas para ilustrar este aspecto, retoma-se aqui o momento de efervescência política marcado pelos protestos na América Latina em 2019, que envolveu países como o Chile, o Equador, a Colômbia, o Peru, entre outros. O contexto comum, resultado do modelo político neoliberal que levou à precariedade de serviços como transporte, saúde, educação e ao empobrecimento da população, motivou a resistência popular em diferentes países. Foram muitas as manifestações dos movimentos populares e igualmente numerosas as ocorrências de repressão policial, caracterizando-se uma crise política que colocou em

evidência o nível de desigualdade social e as reivindicações de setores excluídos em distintos países.

Sobre esse conjunto de protestos, que ocupou a mídia de referência e os meios independentes, circularam versões oficiais que buscavam deslegitimar os movimentos e também denúncias sobre abusos e violações por parte dos governos e da polícia. A seguir, são reproduzidos os diálogos entre um cidadão e uma repórter da RT TV do Equador, em outubro de 2019, que ganhou repercussão nas mídias sociais por romper com o tratamento editorializado da cobertura dos protestos. Ao ser questionado sobre as manifestações e expor opinião que aparece em desacordo com a angulação prevista na matéria, o cidadão foi interrompido por diversas vezes.

- Hoy día me tomé la molestia de salir para comprobar el estado de excepción y ver que volvimos a los años 60, 70 de represión, tanto policial como militar...

- Pero, ¿no le parece que la gente que viene a resguardar está bien? Les están brindando seguridad. Ayer se registraron robos, ayer se registraron asaltos a locales comerciales.

- Si, si. Lo que pasa es que cuando hay caos social, hay delincuencia. Porque el caos social no es ocasionado por el Pueblo, sino por las medidas antipopulares y por...

- ¿No le parece que a la gente, al resguardarle los militares, los policias, les brindan seguridad para su trabajo, para su hogar?

- Señorita, ustedes son de los medios públicos, ¿no? ¿Me puede indicar cual es su nombre, por favor?

- ¿Como?

- Su nombre

- Yo estoy entrevistandole, señor

- Pero me hace demasiadas preguntas mientras yo estoy hablando, entonces no me deja terminar la idea. Y por eso estamos grabando también, para comprobar el trabajo de los medios de comunicación. Sabemos que tienen consignas específicas y que no hay manera de hacer escuchar la voz del pueblo. Están cortados por el poder. Que pena por ustedes. Deberían buscar algún otro trabajo decente, la verdad.⁹

O caráter inusitado da intervenção popular – que remete ao papel do ativista folk – se apresenta não apenas na defesa dos argumentos relacionados ao grupo ao qual o cidadão está identificado, mas à estratégia de também registrar a entrevista, ciente de que o uso de sua fala poderia ser modulado de acordo com os interesses de uma emissora que

⁹ Reportagem da RT TV transmitida em 07/10/2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5qWg0UZ0A-U&list=LL1pl2WXpAJzUuWJUfZ-B0mw&index=362&ab_channel=RTenEspa%C3%B1ol. Acesso em 09/09/2020.

tende a reproduzir a versão oficial. A crítica de que a voz do povo não se faz presente no noticiário legitima a ação de protagonismo em meio à entrevista.

Outro exemplo que se aproxima de uma estratégia de intervenção no campo da mídia remete ao lugar ocupado pelas fontes ligadas aos movimentos sociais na cobertura jornalística. Sabe-se que, em geral, conforme constatado em diversos estudos (AYOUB, 2007; ARAÚJO, ALVES FILHO, NUNES, 2014), o tratamento dedicado aos movimentos sociais transita entre o silenciamento e a criminalização dos atores sociais envolvidos. O desconhecimento acerca das demandas e necessidades dos cidadãos, a tendência em focar os danos causados pelas manifestações e a conivência com a repressão policial são algumas marcas do tratamento dispensado às manifestações na mídia.

O caso que segue trata da resposta de uma liderança sindical que, ao defender a legitimidade do movimento grevista, se contrapõe ao sentido orientado pelo jornalista. O episódio ocorreu no *Bom Dia São Paulo* (Rede Globo), em julho de 2020, durante entrevista com o presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Altino Prazeres, ao jornalista Rodrigo Bocardi, sobre a paralisação dos funcionários do metrô. Os conflitos entre classes, as desigualdades sociais e os motivos que levaram à paralisação são contextualizados pela fonte, revelando aspectos do movimento invisíveis para a cobertura jornalística.

- Como é que o sindicato enxerga uma greve no meio de uma pandemia, um serviço essencial transportando milhões de pessoas que tiveram redução do seu salário, que estão em busca de um emprego, de um atendimento médico. Vocês consideram razoável uma paralisação no meio de uma pandemia?

- Eu considero. Teve uma reportagem do G1 que disse que os 42 bilionários do Brasil aumentaram sua riqueza em quase 27% no período de pandemia. Eu pergunto: é justo os bilionários deste país ficarem mais ricos no período de pandemia e tirar o direito dos trabalhadores da saúde, do transporte, dos desempregados? Tá errado. A luta dos metroviários foi para resistir, para que a gente mantenha nosso nível de vida e está errado os bilionários deste país ficarem mais ricos, inclusive, no período de pandemia. A pergunta é por que os bilionários ficam mais ricos e os trabalhadores têm que pagar com o custo desta crise? Por isso que os trabalhadores do metrô resolveram fazer a greve e com responsabilidade resolveram voltar de madrugada entendendo que era necessário [...]¹⁰

¹⁰ Entrevista realizada em 28/07/2020 no programa *Bom Dia São Paulo*, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Ztrl-XQpmTc&ab_channel=IvandoAgentedeSa%C3%BAde. Acesso em 09/09/2020.

Ainda que se tratem de situações isoladas, os exemplos mencionados possibilitam vislumbrar o modo como a participação popular representada por agentes folk subverte as lógicas de previsibilidade do jornalismo tradicional e promove rupturas em relação aos sentidos esperados na tematização dos movimentos sociais pela mídia. Desse modo, as lutas de determinados setores da sociedade encontram nas brechas do discurso institucional um espaço para promover lutas simbólicas e ocupar a cobertura jornalística com vozes dissonantes, que representam o caráter coletivo das manifestações populares.

A estratégia de ocupação de espaços na mídia é uma das formas de ativismo, que depende da oportunidade dos movimentos de orientarem sua ação para as disputas discursivas. Outra dimensão, aqui valorizada, diz respeito ao processo de apropriação de ferramentas tecnológicas e de comunicação para promoção de lutas sociais, por meio da criação de canais próprios para visibilizar as pautas dos movimentos, sobretudo no contexto da cultura digital e das novas redes societárias (CASTELLS, 2013).

Meios independentes e ativismo nos movimentos sociais

Se, ao longo da trajetória dos movimentos sociais, a criação de meios próprios de comunicação se mostrou um caminho estratégico e necessário para visibilizar lutas e bandeiras, não há dúvida de que o contexto de expansão das mídias digitais, com o potencial de ampliação de canais e formas de participação, reconfigurou as práticas de resistência. Os chamados novos movimentos sociais¹¹, ao direcionarem suas lutas para a desconstrução de hierarquias que promovem desigualdades (MELUCCI, 2001), propõem também novas formas de participação política.

Observa-se que, no interior dos movimentos sociais, convivem práticas consideradas “tradicionais” de ativismo, baseadas nas manifestações no espaço público, e novas formas de militância, que acionam o uso das tecnologias como forma de fortalecer um discurso contra-hegemônico e criar uma esfera pública alternativa para projetar suas demandas. Assim, são conjugadas práticas de comunicação nas ruas e no cenário midiático, ampliando o alcance e o potencial de articulação em redes de movimentos.

¹¹ A denominação “novos movimentos sociais” (NMS) surge entre os anos 1970/80 como um paradigma da ação coletiva que se configura diante da perda da centralidade movimento operário e do surgimento de um conjunto de movimentos sociais que irão se pautar por outras categorias e reivindicar espaço para as lutas culturais, tanto na Europa Ocidental quanto na América do Norte. Os NMS representam formas alternativas de intervenção, baseadas em uma pauta política independente do Estado, com lutas em torno de valores e identidades. Tais movimentos, contudo, também preservam aspectos da resistência política dos “antigos” movimentos sociais.

A apropriação dos meios e técnicas de comunicação (PERUZZO, 2006; LEÓN, 2005) se insere nas práticas dos movimentos sociais e caracteriza uma forma particular de ativismo protagonizado por grupos que se configuram como minorias sociais. Este processo pode ser identificado nos mais diversos movimentos – relacionados a questões de classe, raça, gênero, entre outros marcadores sociais -, que utilizam o ambiente virtual para promover a contra-informação e visibilizar discursos e ações sintonizados com as suas necessidades (SILVA, NUNES, 2017; WOITOWICZ, 2014). Trata-se, em outros termos, de um tipo de ativismo (folk)midiático, que pressupõe a intervenção no campo das mídias digitais, sem abrir mão das disputas que acontecem no cenário *off-line*.

Paralelamente à ocupação de espaços nas mídias digitais para a promoção das lutas dos movimentos, que contribui para o fortalecimento de redes horizontais e colaborativas, é importante ter presente o crescente processo de expansão de iniciativas de criação de meios alternativos e independentes em ambiente digital, com vínculos de identificação com movimentos sociais. Cicília Peruzzo (2006) atualiza as reflexões sobre o uso da mídia como parte das disputas contra-hegemônicas em uma comparação com as práticas de comunicação popular e alternativa que marcaram o período de resistência à ditadura civil-militar:

Se, nos anos 1970, 1980 e parte dos 90 a contra-comunicação aparecia preponderantemente no âmbito dos movimentos populares, das organizações de base, da imprensa alternativa, da oposição sindical metalúrgica, de ONGs, de setores progressistas da igreja católica, ou realizadas por militantes articulados em núcleos de produção audiovisual, a partir dos últimos anos pipocam experiências comunicacionais mais diversas, incluindo as do tipo popular tradicional (hoje mais conhecidas como comunitária e se baseiam em premissas de cunho coletivo) e outras realizadas por associações, grupos ou até por pessoas autonomamente. (PERUZZO, 2006, p. 05)

Com diferentes perfis e perspectivas editoriais, tais canais assumem hoje o papel de inserir determinados temas e atores sociais na agenda pública e, em grande medida, fazer frente aos discursos da mídia hegemônica, que permanece dependente de interesses econômicos e políticos. Desse modo, ampliam-se os espaços para que vozes minoritárias possam ser ouvidas, expressando os valores e as demandas dos setores marginalizados social e culturalmente.

No cenário latino-americano, muitas e diversas são as experiências independentes que têm se colocado como espaço potencial para visibilizar as demandas dos movimentos

sociais e as pautas de interesse público. Em um levantamento das iniciativas jornalísticas digitais que compreendem modelos de negócio diferentes da mídia comercial, Yúdice (2016) analisa 34 veículos na América Latina, vários deles mantidos com financiamento coletivo. Alba (2020), por sua vez, destaca a atuação de pelo menos 20 meios independentes digitais na Região, pertencentes a um universo muito mais amplo de iniciativas, “que consolidan la apuesta por temáticas de compromiso social, de verificación y control del poder y de llegar a comunidades menos accesibles y más desfavorecidas”. Aspectos como independência editorial e ênfase em temáticas de direitos humanos, denúncia social, diversidade cultural, questões de gênero e meio ambiente, entre outras, figuram entre as características desses meios emergentes.

Além desses registros, é importante destacar o amplo mapeamento dos meios independentes que tem sido realizado pela Sembramedia¹², organização fundada em 2015 que já identificou mais de 750 publicações digitais latino-americanas, da Espanha e de meios hispânicos nos Estados Unidos. O levantamento revela um cenário em crescente expansão, que tem reconfigurado as dinâmicas de comunicação ao retirar a centralidade dos meios hegemônicos na oferta de informações aos cidadãos e possibilitar a construção de outras narrativas sobre o mundo social.

No Brasil, uma iniciativa de mapeamento do jornalismo independente é alimentada pela Agência Pública¹³, que selecionou experiências que nasceram na rede e se apresentam como resultado de “projetos coletivos e não ligados a grandes grupos de mídia, políticos, organizações ou empresas”. Atualmente, são mais de 200 meios registrados no portal, número que revela a diversidade de projetos e de públicos representados. Os vínculos com determinados grupos e movimentos sociais, que perpassam questões de moradia, raça, meio ambiente, gênero, cultura, direitos humanos, geração, pertencimento a uma comunidade, entre outras variações das lutas sociais, revela-se nas temáticas abordadas pelos veículos, nas vozes representadas e no modo de atuação colaborativa.

É interessante observar que, a exemplo do que preconiza o conceito de ativista folkmediático, a atuação por meio das mídias, em diversas iniciativas independentes, pressupõe uma forma de intervenção social e participação nos temas trabalhados. Desse

¹² Disponível em: <https://www.sembramedia.org/directorio-de-medios/>

¹³ Disponível em: <https://apublica.org/mapa-do-jornalismo/>

modo, os veículos não apenas se ocupam em fomentar a difusão de informações de interesse coletivo, mas assumem papel articulador, de denúncia e de mobilização.

Apenas para citar exemplos pontuais em que esse aspecto pode ser notado, o portal *AzMina*, produzido por um instituto sem fins lucrativos que atua na defesa da igualdade de gênero e no enfrentamento da violência contra as mulheres, além de publicar reportagens ancoradas nas pautas feministas e voltadas aos direitos humanos, disponibiliza o aplicativo *Penhas*¹⁴, que possibilita o acesso a informações sobre serviços de atendimento às vítimas de violência e a orientação sobre todas as etapas para realização de denúncias.

Também o portal *Ponte*, com ênfase em segurança pública e direitos humanos, apresenta um espaço para realização de denúncias de violações¹⁵, garantindo o sigilo das vítimas. No site, há dicas sobre como se defender da violência policial e registrar as agressões para viabilizar as denúncias. Tratam-se, portanto, de exemplos efetivos em que o ativismo assume os propósitos de informar e mobilizar pessoas em defesa de seus direitos.

Por fim, a dimensão coletiva das práticas de ativismo midiático pode também ser observada a partir da recente iniciativa de lançamento do *Canal Reload*, plataforma colaborativa destinada ao público jovem que conta com a participação de dez organizações jornalísticas - ((o))eco, Agência Lupa, Agência Pública, Amazônia Real, Congresso em Foco, Énois, Marco Zero Conteúdo, Ponte Jornalismo, Projeto #Colabora e Repórter Brasil. O conteúdo em vídeo é apresentado por “jovens de diferentes origens étnicas, gêneros e trajetórias pessoais: indígenas, negros, LGBT+ e trans de diversas cidades do país”.¹⁶ A programação é decidida coletivamente e a produção envolve jovens comunicadores de diversas regiões, que transformam o conteúdo publicado nos portais jornalísticos para uma linguagem mais acessível ao público jovem. Esse intercâmbio guarda estreitas relações com a perspectiva folkcomunicação, ao articular fluxos de comunicação institucional e popular de forma horizontal e dinâmica.

Desse modo, entende-se que a partir de distintos meios e estratégias discursivas desenvolvem-se práticas de ativismo midiático atreladas aos movimentos sociais e aos

¹⁴ Informações sobre o aplicativo estão disponíveis no site AzMina: <https://azmina.com.br/penhas/>

¹⁵ Disponível em: <https://ponte.org/sobre/denuncie/>

¹⁶ Informações disponíveis no site *Amazônia Real* (01/09/2020). Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/dez-midias-independentes-lancam-o-canal-reload-para-distribuir-noticias-a-jovens-01-09-2020/>. Acesso em 05/09/2020.

grupos organizados, que fazem ecoar sua cultura, seus saberes e suas lutas no espaço público virtual.

Considerações finais

Ocupar a mídia com vozes dissidentes, inserir temas e atores sociais na agenda pública, promover práticas de resistência e mobilização por meio da apropriação das tecnologias de comunicação. Essas são algumas das ações promovidas pelos movimentos sociais e pelos grupos organizados da sociedade civil no campo das mídias, que estão reconfigurando suas formas de participação política e intervenção social.

É em meio a este ambiente marcado pela sociedade midiaticizada que se torna pertinente refletir sobre os processos de comunicação dos grupos marginalizados na atualidade, em uma tentativa de dialogar com as bases da teoria da folkcomunicação à luz de demandas emergentes das sociedades complexas.

Neste sentido, o presente ensaio percorreu alguns fundamentos da obra de Luiz Beltrão para caracterizar os fluxos dinâmicos que perpassam as manifestações populares e evidenciar heranças de um processo de exclusão – social e midiática – que persiste em diferentes cenários no Brasil e na América Latina. O conceito de ativismo folk (TRIGUEIRO, 2006) é apropriado para evidenciar a dupla atuação de agentes populares: nas brechas da mídia hegemônica, colocando em evidência o caráter elitista e editorializado no tratamento de movimentos contestatórios, e nos meios digitais emergentes, que estão visibilizando as vozes dos mais diversos segmentos sociais caracterizados como minorias e promovendo disputas em torno de interesses da coletividade.

Nos limites deste texto, foram indicados alguns caminhos para pensar sobre as práticas de resistência que operam por meio dos processos comunicacionais, colocando em evidência a atualidade da folkcomunicação para investigar contextos de desigualdade e marginalidade do nosso tempo. E, sobretudo, para vislumbrar o potencial dos grupos marginalizados de promover lutas sociais e projetar outros modelos de sociedade a partir de sua cultura, sua vivência e seus anseios.

Referências

ALBA, José Antonio González. Los emergentes nativos digitales en América Latina. Asociación Técnica de Diarios Latinoamericanos. Boletín Semanal septiembre 1, 2020. Disponível em:

<https://newsletter.atdl.org/index.php/173-newsletter-29-mayo-2020/2761-los-emergentes-nativos-digitales-en-america-latina>. Acesso em 11/09/2020.

ALONSO, Martín Oller; TORNAY, María Cruz. Hacia un periodismo-otro: culturas periodísticas en América Latina, en el marco del giro decolonial. In: ALONSO, Martín Oller. **Culturas periodísticas iberoamericanas**: La diversidad de un periodismo propio. Col. Cuadernos Artesanos de Comunicación, 125. La Laguna (Tenerife): Latina, 2017. p. 317-339.

ARAÚJO, Leonardo Vasconcelos de; ALVES FILHO, Mário Helder de Sousa; NUNES, Márcia Vidal. Mídia, Movimento Passe Livre e Cidadania: a cobertura do *Estado de São Paulo* durante as manifestações de junho de 2013. **Mídia e Cotidiano**, vol. 5, n. 5, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9723>

AYOUB, Hannah Ayoub. Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na *Folha de S. Paulo*. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, vol. 4, n. 1, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1888>

BELTRÁN, Luis Ramiro. “Adeus a Aristóteles: a comunicação horizontal”. **Revista Comunicação & Sociedade**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; São Paulo: Cortez. Ano III, n. 6, set. 1981. p. 5-35.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de idéias. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Comunicação e folclore**. São Paulo: Melhoramentos, 1971.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Teoria geral da comunicação**. Brasília: Thesaurus, 1977.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1960.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

EACHEVERRÍA, Bolívar. **La modernidad “americana” (claves para su comprensión)**. Manuscrito não publicado, 2005. Disponível em: <http://www.bolivare.unam.mx/ensayos/La%20modernidad%20americana.pdf>

INTERVOZES; REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. Quem controla a mídia no Brasil? Disponível em: <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em 11/09/2020.

KAPLUN, Mario. **El comunicador popular**. 2ª ed. Argentina: Lúmen-Humanitas, 1996.

LEÓN, Osvaldo (cord.). **Movimientos sociales y comunicación**. Quito: Agencia Latinoamericana de Información - ALAI, 2005.

MATTA, Fernando Reyes. **Comunicación alternativa y búsquedas democráticas**. México: ILET – Instituto Latinoamericano de Estudios Transnacionales, 1983.

MELO, José Marques de. **Teoria da Comunicação**: Paradigmas Latino-Americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MELO, José Marques de. Mutações em folkcomunicação: revisitando o legado beltraniano. **Razón y Palabra**, n. 60, 2008.

MELO, José Marques de. Uma estratégia das classes subalternas. In: **Folkcomunicação: a mídia dos excluídos**. Cadernos de Comunicação, Série Estudos, v. 17. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2007.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Pensar la Comunicación en Latinoamérica. **Redes.com**, n. 10. 2014. pp. 21-39. Disponível em: <http://revista-redes.hospedagemdesites.ws/index.php/revista-redes/article/view/340/371>.

ORTIZ, Renato. **A consciência fragmentada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PERUZZO, Cicília K. “Revisitando os conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária”. Paper apresentado ao Núcleo de Pesquisa “Comunicação para a Cidadania”, do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Brasília – DF, Intercom/UnB, 6 a 9 de setembro de 2006.

SILVA, Luizete Vicente da; NUNES, Márcia Vidal. Mídias negras: um espaço de produção do ativismo da juventude negra Kalunga através do uso das novas tecnologias. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, vol. 15, n. 35, 2017. pp. 63-86. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/2275>

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. O ativista midiático da rede folkcomunicacional. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, vol. 4, n. 7, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/536>. Acesso em 08/11/2020.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Folkcomunicação e ativismo midiático**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007.

WOITOWICZ, Karina Janz. Ativismo (Folk)midiático e estratégias de luta na Marcha das Vadias: recortes da ação política nas ruas e nas redes. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, vol. 12, n. 26, 2014. pp.90-104. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/1981>. Acesso em 08/11/2020.

WOITOWICZ, Karina Janz. Comunicação, cultura e resistência na América Latina: Uma retomada das perspectivas teóricas para estudo da mídia e dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: FERREIRA, Giovandro Marcus; PERUZZO, Cicília M. Krohling (Orgs.). **Comunicação na América Latina: da metapesquisa aos estudos midiáticos**. São Paulo: Intercom, 2018. pp. 211-230.

YÚDICO, Jordy Meléndez. **Estudio de Medios Digitales y Periodismo en América Latina: Iniciativas, modelos de negocio y buenas prácticas**. México: Factual: Fondo Regional para la Innovación Digital en América Latina y el Caribe, 2016. Disponível em: http://primeirodigital.com.br/wp-content/uploads/2016/02/EstudioMediosDigitales_Factual_2016.pdf